

Gerardo Magela



INICIATIVA Antero (E) quer ação do Ministério Público no caso. Virgílio pede abertura de processo no Conselho de Ética

CPI DO BANESTADO

Senadores querem apurar denúncia de chantagem

Antero apóia sugestão de Tuma de criar comissão interna. Arthur Virgílio pede investigação pelo Conselho de Ética

Página 3

Roosevelt Pinheiro



VANTAGENS Papaléo Paes observa que o gás natural é ideal para veículos como ônibus e táxis

Papaléo sugere mais carros rodando com gás natural

O gás natural em veículos apresenta tantas vantagens que nem precisa de estímulos especiais, afirmou ontem, da tribuna, o senador Papaléo Paes. Ele disse acreditar que em breve os veículos já sairão das montadoras adaptados ao uso desse combustível. Além do preço competitivo, Papaléo Paes apontou outra vantagem: trata-se de uma fonte energética com queima mais limpa do que a dos derivados de petróleo.

Página 7

BANCO CENTRAL

Sarney: MP não interfere na competência do Senado

A elevação do cargo de presidente do Banco Central ao *status* de ministro não interfere na competência constitucional do Senado para aprovar nomeações. A observação é do presidente do Senado, José Sarney, ao comentar a medida provisória assinada pelo presidente Lula. Sarney discorda da hipótese de que o governo editou a MP para proteger Henrique Meirelles de investigações. "Se o advogado-geral e o controlador-geral da União têm *status* de ministros, o presidente do BC também deve ter", afirmou Sarney, que ainda ontem recebeu jornalistas chineses para falar sobre o líder Deng Xiaoping.

Já o líder do PSDB, senador Arthur Virgílio, anunciou que seu partido ingressaria com ação direta de inconstitucionalidade no Supremo para derrubar a medida.

Página 5



ENTREVISTA Sarney recebe jornalistas da Agência Nova China e do *Diário do Povo* e elogia líder chinês

Roosevelt Pinheiro



LEGITIMIDADE Jefferson sugere consulta popular sobre mandatos de senadores e chefes do Executivo

Jefferson pede plebiscitos como o da Venezuela

O senador Jefferson Péres defendeu ontem proposta de emenda à Constituição de sua autoria que institui no Brasil a possibilidade de realização de plebiscitos para confirmar mandatos assumidos em decorrência de eleições majoritárias. A medida, segundo Jefferson, constitui um bom mecanismo democrático, evitando, como teria ocorrido no referendo de domingo na Venezuela, que crises políticas se transformem em conflitos institucionais.

Página 5



PAPEL "O Sesi é um instrumento para promoção do bem-estar dos trabalhadores", afirma Mozarildo

Mozarildo celebra os 58 anos de atuação do Sesi no Brasil

O senador Mozarildo Cavalcanti (PPS-RR) cumprimentou o Serviço Social da Indústria (Sesi) pelos 58 anos de atuação no Brasil e pelos 13 anos em Roraima, completados em julho. Com abrangência em todo o território nacional, a entidade, ressaltou Mozarildo, tem sido um poderoso instrumento de qualificação dos trabalhadores, de incremento da produtividade da indústria e de promoção do bem-estar de milhões de brasileiros.

– É gratificante lembrar que há muitos anos a indústria brasileira se preocupa com sua responsabilidade social perante a comunidade. Desde 1946, o Sesi tem sido um instrumento da indústria brasileira para melhorar a qualidade de vida dos trabalhadores – afirmou.

O senador observou que, em suas 2.370 unidades, o Sesi beneficia milhões de brasileiros, principalmente nas áreas de educação, lazer e saúde.

Mozarildo estendeu os cumprimentos também ao Sistema Fier – Federação das Indústrias do Estado de Roraima, do qual o Sesi faz parte.

Eduardo critica manutenção de exigências para acesso ao Fies

■ Para ele, necessidade de quatro fiadores e inscrição pela Internet afastam candidatos ao financiamento

O senador Eduardo Siqueira Campos (PSDB-TO) lamentou a manutenção das exigências de até quatro fiadores e de inscrição via Internet para os estudantes candidatos a crédito pelo sistema de Financiamento do Ensino Superior (Fies), quando o Ministério da Educação anuncia a abertura de 50 mil novas vagas. "Como se não tivéssemos exclusão digital", assinalou.



INCLUSÃO Eduardo pede que governo ajude alunos que trabalham e pagam o curso superior

Para o senador, a exigência de inscrição unicamente pela Internet é um método de exclusão, pois beneficia apenas parte dos estudantes interessados

no financiamento. Segundo Eduardo, os estudantes do Norte não têm acesso fácil a terminais conectados à rede mundial. Ele observou que 85% dos estudantes que conseguem financiamentos no Fies são do Sudeste litorâneo, a mesma região que já recebe 90% dos investimentos públicos.

– Já sugeri que essas exigências fossem eliminadas e se credenciasse o Banco do Brasil, a Caixa Econômica Federal e os Correios para o recebimento de inscrições, como forma de democratizar o acesso ao Fies. Nem as Casas Bahia têm a coragem de exigir até quatro fiadores para quem quer financiar um eletrodo-

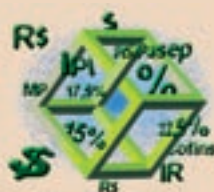
méstico. Também sugeri que o BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social) abrisse uma linha de crédito ao Fies, mas dizem que é impossível. Podemos ajudar outros países, perdoar a dívida do Gabão, investir na Bolívia, mas o estudante brasileiro não tem apoio nenhum – criticou Eduardo.

O parlamentar fez um apelo ao presidente Luiz Inácio Lula da Silva e ao ministro da Educação, Tarso Genro, para que aproveitem o momento positivo da economia e ajudem na inclusão social da massa de 2 milhões de estudantes que trabalham durante o dia e estudam à noite em universidades privadas.

Agenda

Sessão não deliberativa às 14h30

O Plenário realiza hoje, a partir das 14h30, sessão não deliberativa, ou seja, sem a votação de projetos. Entre os oradores inscritos para discursar na tribuna estão os senadores Marcelo Crivella (PL-RJ) e Papaléo Paes (PMDB-AP). A sessão de amanhã, no mesmo horário, também será não deliberativa. A votação de propostas será retomada na próxima terça-feira, dia 24.



Comissões devem analisar medidas provisórias

Podem ser instaladas hoje três comissões mistas para discutir o pacote tributário do governo. A primeira, às 10h, deve examinar a proposta que reduz as taxas de juros de empréstimos ao Centro-Oeste (MP 205/04). A segunda, às 14h30, analisa a medida de incentivo à estrutura portuária (MP 206/04). E a terceira, às 17h, eleva a ministro de Estado o cargo de presidente do Banco Central (MP 207/04).

Triunfo sobre a escravidão

Será aberta amanhã, na Câmara dos Deputados, a exposição "Para que não se esqueça: o triunfo sobre a escravidão". A mostra, promovida pela Unesco, retrata os povos escravizados nas Américas.

Papel da China na economia

Amanhã será realizado o Seminário *O papel da China na economia mundial e os impactos para a indústria nacional*. O evento ocorre às 14h30, no Interlegis.

Agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na Internet, no endereço www.senado.gov.br/agencia/agenda/agenda.asp

João Ribeiro destaca eventos folclóricos no Tocantins

O senador João Ribeiro (PFL-TO) destacou da tribuna a realização de "dois grandes acontecimentos folclóricos" de seu estado, as Cavalhadas de Taguatinga e a Festa do Senhor do Bonfim, no povoado do mesmo nome. Ambas contaram com a presença do governador do estado, Marcelo Miranda, informou o senador.

As Cavalhadas, prosseguiu, é uma grande encenação que reproduz as batalhas entre mouros e cristãos da Idade Média. Ocorre desde a década de 20 do século passado e, além de seu lado sagrado, com missas e procissões, tem também um lado profano, com festas e shows.

Já a romaria do Senhor do Bonfim é considerada a maior manifestação religiosa popular do Tocantins, reunindo 80 mil pessoas. Os festejos encerraram-se ontem.



CULTURA Cavalhadas de Taguatinga e romaria do Senhor do Bonfim foram ressaltadas por João Ribeiro

JORNAL DO SENADO

www.senado.gov.br
E-mail: jornal@senado.gov.br
Tel.: 0800-612211 - Fax: (61) 311-3137

Endereço: Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar - Brasília - DF CEP 70165-920

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: José Sarney
1º Vice-Presidente: Paulo Paim
2º Vice-Presidente: Eduardo Siqueira Campos
1º Secretário: Romeu Tuma
2º Secretário: Alberto Silva
3º Secretário: Heráclito Fortes
4º Secretário: Sérgio Zambiasi
Suplentes de Secretário: João Alberto Souza, Serys Silhessarenko, Geraldo Mesquita Júnior, Marcelo Crivella

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia
Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva
Diretor da Secretaria de Comunicação Social: Armando S. Rollemberg
Diretor-adjunto da Secretaria de Comunicação Social: Helival Rios
Diretora do Jornal do Senado: Maria da Conceição Lima Alves (61) 311-3333
Editores: Djalba Lima, Edson de Almeida, Eduardo Leão, Iara Altafin e José do Carmo Andrade
Especial Cidadania: Treici Schwengber (61) 311-1620
Diagramação: Iracema F. da Silva, Osmar Miranda, Sergio Luiz Gomes da Silva e Wesley Bezerra
Revisão: Eny Junia Carvalho, Lindolfo do Amaral Almeida, Miquéas D. de Moraes e Rita Avellino
Tratamento de imagem: Edmilson Figueiredo
Arte: Bruno Bazílio e Cirilo Quartim
Arquivo fotográfico: Elida Costa (61) 311-3332
Circulação e atendimento ao leitor: John Kennedy Gurgel (61) 311-3333
Agência Senado
Diretor: Antonio Caraballo (61) 311-3327
Chefia de reportagem: Valéria Ribeiro e Valter Gonçalves Júnior (61) 311-1670
Edição: Helena Daltro Pontual (61) 311-1151 e Marco Antonio Reis (61) 311-1667

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Subsecretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

Impresso pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações

Virgílio quer decisão final sobre governo de Roraima

Ao sustentar que, desde a decisão do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) que cassou o mandato do governador de Roraima, Flamarion Portela, o estado encontra-se em situação de acefalia e de anormalidade política, o senador Arthur Virgílio (PSDB-AM) pediu uma rápida solução para o caso.

Como o governador recorreu da decisão do TSE e continua ocupando o comando do Executivo estadual, Virgílio disse estar temeroso de que, se a situação de indefinição perdurar por muito tempo, a anarquia se instale na administração pública e empresários retirem seus investimentos de Roraima.

– A sensação que se tem atualmente é a do provisório, é a de um governo que não se afirma por estar sendo defenestrado por uma decisão judicial. Ao mesmo tempo, empresários, agentes econômicos e a sociedade civil estão perplexos, sem saber a quem prestar contas.

Na avaliação do parlamentar, o Senado deveria posicionar-se no sentido de cobrar um rápido desfecho para o caso. Virgílio informou que vem recebendo em seu gabinete várias correspondências e telefonemas de roraimenses suplicando apoio para que a normalidade volte a imperar no estado.

Estatais

Virgílio apresentou ainda proposta de emenda constitucional (PEC) que autoriza o governo a considerar servidores públicos efetivos empregados de estatais que já estavam nas empresas em 5 de outubro de 1983 e se encontram cedidos há pelo menos dez anos à União. Ele pondera que a Constituição de 1988 autorizou o enquadramento como servidores de todos aqueles que tivessem começado a prestar serviços à União cinco anos antes, mas é omissa em relação aos empregados de estatais cedidos a órgãos da administração direta.

O senador lembra que alguns órgãos, ante a proibição de concursos na década de 70 e início dos anos 80, passaram a contratar servidores especializados por meio de estatais. Só o Ministério da Fazenda contratou mais de 3.600 especialistas em tributação e arrecadação, por intermédio do Serviço Federal de Processamento de Dados (Serpro).

Presidente da CPI pede apuração de denúncias de chantagem

■ Quem está sendo vítima tem obrigação de dar o nome dos chantagistas, afirma Antero Barros

O presidente da CPI do Banestado, senador Antero Paes de Barros (PSDB-MT), defendeu ontem a sugestão do corregedor-geral do Senado, Romeu Tuma (PFL-SP), de criar comissão especial interna para apurar as denúncias de que empresários do sistema financeiro estariam sendo chantageados por pessoas que os ameaçam com informações obtidas pela CPI, por meio da quebra de sigilos bancário e fiscal.

– Não houve vazamento na CPI, e, se está havendo denúncia de chantagem, quem está sendo chantageado tem a obrigação de dar os nomes dos chantagistas, e por isso é importante a proposta do senador Romeu Tuma

Antero disse que enviou ofício ao procurador-geral da



AÇÃO Antero apóia sugestão do corregedor-geral do Senado de criar comissão especial interna

República, Cláudio Fonteles, pedindo que ele abra investigações sobre o assunto, principalmente em torno de uma possível chantagem contra o ex-diretor do Banco Central Luiz Augusto Candiota.

– De quem tem medo o doutor Candiota? Se está sendo chantageado, diga por quem. É preciso apurar tudo, e encerrar a CPI com um relatório justo, substancioso, que aponte quem cometeu crimes e não

envolva nenhum inocente. Já temos material suficiente para isso – garantiu o senador.

Conselho de Ética

Arthur Virgílio (PSDB-AM) apresentou requerimento ao Conselho de Ética e Decoro Parlamentar do Senado para que os membros titulares e suplentes da CPI – incluindo ele – sejam ouvidos sobre a acusação de que informações em poder da CPI foram usadas para chantagear autoridades, empresários, executivos do mercado financeiro e doleiros.

A acusação consta de matérias publicadas nos dias 14 e 15 de agosto por *O Estado de S. Paulo*. “A chantagem consistia em fazer o chantageado pagar algum valor para se ver liberado de depor na CPI, segundo o jornal, que aponta como uma das vítimas o ex-diretor de Política Monetária do Banco Central Luiz Augusto Candiota”, afirma Virgílio. Ele pede ainda que Candiota seja ouvido pelo conselho.

O parlamentar amazonense encaminhou também requere-

rimento à Comissão de Fiscalização e Controle do Senado pedindo que o Tribunal de Contas da União (TCU) apure a compra de ingressos para *show* em benefício do PT, feita pelo Banco do Brasil.

Documentos

O presidente do Senado, José Sarney, concordou com a medida tomada pelo relator da CPI do Banestado, deputado José Mentor (PT-SP), que mandou lacrar os documentos sigilosos em poder do colegiado.

– Acho que é uma boa providência, um passo no sentido de colocar a CPI dentro dos canais competentes, de modo que as águas voltem ao seu leito.

Sobre a notícia de que o Conselho de Ética e a Corregedoria poderão investigar a suspeita de chantagens contra pessoas investigadas pela CPI, Sarney afirmou: “Eu conversei hoje (ontem) com Romeu Tuma, e ele está, em comum acordo com a Presidência, abrindo sindicância justamente baseada nas denúncias que ocorreram nessa direção.

Tuma defende a Polícia Federal de acusação feita por José Genoino

O senador Romeu Tuma (PFL-SP) defendeu ontem a Polícia Federal (PF) da acusação do presidente do PT, José Genoino, de que a instituição e o Ministério Público Federal estariam conspirando contra o governo, “vítima de ações exageradas”. A acusação foi feita por Genoino após a diligência de busca e apreensão de documentos realizada pela PF na sede da Caixa Econômica Federal.

Segundo Tuma, a Polícia Federal não transgrediu nenhuma lei, apenas cumpriu uma ordem judicial que determinava a apreensão de documentos para a investigação do caso Waldomiro Diniz. Ele explicou que uma nova denúncia no caso levou a novas investigações sobre a ligação entre a Caixa, a empresa norte-americana GTech e o ex-assessor do ministro da Casa Civil.

– Nesse tipo de operação, a polícia não pode avisar, não pode pedir licença para abrir uma gaveta. A firmeza na ação é legítima, a PF agiu dentro dos limites da lei para que a socie-

dade saiba qual é a verdadeira responsabilidade de Waldomiro Diniz – afirmou.

O parlamentar lembrou que, quando surgiu a fita de vídeo em que Waldomiro pede dinheiro ao empresário Carlos Cachoeira, lideranças do governo no Senado e ele próprio afirmaram sua crença na capacidade de investigação da PF para justificar por que eram contra a criação de uma comissão parlamentar de inquérito para o caso. O senador Leonel Pavan (PSDB-SC) solidarizou-se com Tuma e enfatizou a seriedade da PF.

Protesto

Romeu Tuma também protestou, em discurso no Plenário, contra a intenção do governo federal de modificar a Lei dos Crimes Hediondos. O assunto foi comentado recentemente pelo ministro da Justiça, Márcio Thomaz Bastos, que defendeu a redução de penas e a revisão da lei que trata desses crimes, num contexto de modernização e de diminuição de gastos com o sistema penitenciário nacional.

– Em vez de se empenhar no fortalecimento da segurança individual e coletiva dos brasileiros, isto é, ao contrário de cumprir seu dever, o Poder Executivo deseja agora que se dê aos autores de crimes hediondos o mesmo tratamento penal reservado aos ladrões de galinha. Um total e inconcebível retrocesso – enfatizou o senador, argumentando que eliminar modalidades de crimes hediondos da lei atual significa livrar da cadeia os piores criminosos do país. No seu entendimento, o fato representa ainda uma traição do governo aos eleitores, no momento em que o Brasil vive o auge de uma crise de segurança e de avanço da violência.

Para Tuma, reduzir as modalidades de ações cobertas pela Lei dos Crimes Hediondos vai acarretar, na prática, a soltura imediata de milhares de condenados por crimes estarecedores que tenham cumprido um sexto da pena.

– Somar-se-á mais uma insensatez ao rol que engloba



LEGALIDADE Diligência de busca e apreensão de documentos na Caixa foi legítima, diz Romeu Tuma

despautérios como a reclusão aberta, a liberdade condicional sem fiscalização e os indultos periódicos de Natal, Páscoa e Dia das Mães, entre outros – disse o senador, avaliando que, em termos de incentivo à impunidade e à violência, o ataque à Lei dos Crimes Hediondos pode estar sinalizando verdadeira catástrofe social de resultados imprevisíveis.

– O poder público persiste em restringir ao campo da retórica demagógica sua preocupação com a segurança e o sistema carcerário. Nada sai do papel, principalmente os milhões de reais destinados pelas leis orçamentárias ao fortalecimento de ambos os setores – finalizou.

Pavan protesta contra fraudadores do INSS

■ Senador cita nome de empresário de SC, condenado a prisão, mas em liberdade devido a recursos

O senador Leonel Pavan (PSDB-SC) disse que vem recebendo, em seu gabinete, dezenas de denúncias contra empresários que fraudam a Previdência Social, sonégam impostos e não recolhem aos cofres públicos a contribuição descontada de seus empregados, sem que os processos tenham a seqüência devida.

Pavan citou, como exemplo, um empresário de sua cidade natal, Balneário Camboriú (SC), Narbal Andrade de Souza, o Duca, que já teria sido condenado pela Justiça Federal a cinco anos de prisão e



Roosevelt Pinheiro

SONEGAÇÃO Pavan diz que recebe denúncias contra empresários que não recolhem impostos

pagamento de R\$ 300 mil em multas, por estelionato contra a Previdência Social.

– Infelizmente, ele tem direito a recorrer da sentença em liberdade e continua se enriquecendo por aí. Todos na cidade sabem que ele se apossou da casa de praia do ex-presidente João Goulart, quando ele par-

tiu para o exílio, e se recusa a devolver. João Vicente (filho do ex-presidente) já gastou tempo e dinheiro com advogados para recuperar seu patrimônio, mas, até o momento, isso não aconteceu – relatou.

Pavan informou que organizará um conselho de parlamentares, com assessoria técnica, no Congresso, para acompanhar a necessidade de reformas judiciais e processuais para que aqueles que cometem crimes contra a honra e o patrimônio sejam efetivamente punidos

O senador lembrou que o Congresso Nacional aprovou a reforma da Previdência Social, com a taxação de aposentados e pensionistas, para fazer frente às despesas previdenciárias, lamentando que, enquanto isso, “os devedores e fraudadores” do sistema previdenciário continuam imunes.

Luiz Otávio propõe revogar norma previdenciária para ajudar municípios

Com base em decisão do Supremo Tribunal Federal (STF), que considerou inconstitucional dispositivo da Lei 9.506/97 que extinguiu o Instituto de Previdência dos Congressistas (IPC), o senador Luiz Otávio (PMDB-PA) apresentou projeto de lei (PLS 20/04) que revoga a parte da legislação que determina a migração de ocupante de cargo eletivo ao Regime Geral de Previdência Social. A matéria foi encaminhada para a Comissão de Assuntos Sociais (CAS).

De acordo com Luiz Otávio, o STF entendeu que, de acordo com a Constituição, não pode ser criada nova contribuição obrigatória da Previdência Social, já que essa seria uma nova fonte de custeio da seguridade social, ou seja, nova tributação sobre o salário dos portadores de mandato eletivo, que constitucionalmente não fazem parte desse regime previdenciário.

O senador esclarece que a decisão não atinge todos aqueles que são alvo da cobrança, mas apenas os interessados

diretamente no caso julgado, de Tibagi (PR). Como o STF ainda não pôde encaminhar declaração de inconstitucionalidade da norma ao Senado, Luiz Otávio resolveu apresentar o projeto.

– Como a suspensão da aplicação da norma o mais brevemente possível é de interesse dos municípios e como a norma afronta a Lei Maior, apresentamos o projeto com o fim de afastar a norma impugnada de vez do sistema jurídico nacional – argumentou.

Exame de suficiência para corretores de imóveis

A Comissão de Assuntos Sociais (CAS) delibera nos próximos meses sobre projeto instituindo exame de proficiência como requisito adicional a ser exigido do profissional que queira inscrever-se em Conselho Regional de Corretores de Imóveis. De autoria do senador José Maranhão (PMDB-PB), o projeto (PLS 81/04) deverá ser votado em decisão terminativa.

O parlamentar afirma que os corretores de imóveis exercem competências profissionais de abrangência elástica, visto que participam da captação, venda, locação, permuta, controle de recebimento de aluguéis e de condomínios, opinião sobre valor

de imóveis.

No entender do senador, a profissão de corretor imobiliário exige conhecimentos técnicos específicos, sendo impraticável exercê-la sem freqüentar curso de formação e sem o correspondente título de Técnico em Transações Imobiliárias, exigidos pela lei que regulamenta a profissão.

Ele observa, contudo, que os conselhos estaduais de educação estão autorizando o funcionamento de inúmeros cursos de formação técnica para corretores de imóveis.

José Maranhão sustenta que, entre os inegavelmente comprometidos com a qualidade, surgiram



Roosevelt Pinheiro

DESCONFIANÇA José Maranhão reclama da qualidade de alguns cursos de formação técnica

cursos de espécie duvidosa, aumentando o número de diplomas no mercado, muitos deles obtidos num único final de semana.



Geraldo Magela

CÁLCULO Zambiasi sugere aumento com base nos últimos 12 meses de inflação medida pelo INPC

Zambiasi quer regulamentar reajuste do salário

O senador Sérgio Zambiasi (PTB-RS) pretende que o reajuste anual do salário mínimo ocorra por percentual que reflita os últimos 12 meses de inflação medida pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC). O projeto do senador com essa determinação, em tramitação na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), prevê ainda aumento real para o mínimo igual ao do crescimento do produto interno bruto (PIB) *per capita* do exercício anterior. Se não houver crescimento do PIB também não haverá aumento real do

salário mínimo, conforme a matéria.

Zambiasi pretende, assim, solucionar a polêmica que anualmente invade o Congresso na hora de fixar o reajuste do mínimo. As discussões geram custos para o país e causam ansiedade no mercado, destacou.

Pela nova Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) de 2005, aprovada pelo Congresso no dia 13 de julho, ficou estabelecido que o salário mínimo terá como critério de reajuste o crescimento do PIB *per capita*, ou seja, a geração de riqueza no exercício dividido pelo número de habitantes do país. A novidade foi aprovada depois de longa negociação com o Executivo pelo relator da matéria e autor da proposta, senador Garibaldi Alves (PMDB-RN).

– Contamos com o apoio dos colegas na aprovação desse projeto pois assim estaremos uniformizando as expectativas dos agentes econômicos e vinculando o salário mínimo ao crescimento do país – disse.

O senador pretende que seja usado o INPC porque esse índice é pesquisado junto a famílias com rendimento mensal entre um e oito salários mínimos, além de medir preços de produtos como alimentação, bebida, habitação, vestuário, transporte, saúde, educação, leitura e papelaria, entre outros.

Projeto de Paim aumenta mínimo para R\$ 300 em 2005

As Comissões de Assuntos Econômicos (CAE) e de Assuntos Sociais (CAS) terão que decidir sobre proposta apresentada pelo senador Paulo Paim (PT-RS) que fixa em R\$ 300 o valor do salário mínimo a partir de 1º de maio de 2005. O projeto (PLS 200/04) define também que a esse valor será somado um adicional correspondente ao dobro da variação real positiva do produto interno bruto (PIB) verificado no ano imediatamente anterior.

Ainda segundo a proposta de Paim, a partir de 1º de maio de 2006 o valor do salário mínimo será reajustado por critérios que preservem o seu valor real, com a garantia da concessão do aumento adicional atrelado aos índices do PIB. Caso a variação do PIB seja nula ou negativa, não será concedido o aumento adicional.



Roosevelt Pinheiro

INOVAÇÃO Proposta de Paim também sugere adicional igual ao dobro da variação positiva do PIB

“A proposição constitui uma política que possibilita a concessão de aumentos reais aos salários dos trabalhadores ativos sem prejudicar os idosos e pensionistas e sem comprometer o equilíbrio financeiro da Previdência”, explica.

A matéria ainda determina que os segurados da Previdência terão seus benefícios reajustados pelos mesmos critérios. O projeto tem caráter terminativo na CAS, o que significa que não precisará passar pela avaliação do Plenário antes de seguir para exame da Câmara, a menos que exista pedido de pelo menos nove senadores nesse sentido.



SUCESSO Paulo Octávio elogia resultados da Semana Nacional pela Cidadania e Solidariedade

Ideal de Betinho se espalha pelo país, afirma Paulo Octávio

Paulo Octávio (PFL-DF) afirmou que foi um sucesso a Semana Nacional pela Cidadania e Solidariedade, encerrada na segunda-feira em todo o país. Para ele, o ideal de Herbert de Souza, o Betinho, se espalhou pelo Brasil, com 700 organizações dedicadas a combater a fome e a executar projetos de apoio aos mais carentes. O senador ponderou que as empresas brasileiras se orgulham de manter programas de solidariedade.

Segundo Paulo Octávio, há hoje uma substancial mudança de cultura no país, “uma enorme revolução que se espalha silenciosa” e já chama a atenção até da comunidade internacional. Durante a Semana da Cidadania, foi proposta a unificação e integração entre governos, organizações não-governamentais e indivíduos para uma “verdadeira cruzada contra as desigualdades sociais e a degradação ambiental”.

Para o senador, ética, cidadania, solidariedade e meio ambiente formarão a moeda do “novo mundo”, onde o mais importante será o valor da vida.

– Essa nova moeda regerá os novos mercados, ensinará as novas tecnologias e moldará a nova ordem financeira global – afirmou, lembrando que o Brasil assinou a Declaração do Milênio, nas Nações Unidas, em que se compromete com várias metas sociais, entre elas redução da fome e da mortalidade infantil, universalização do ensino básico e preservação do meio ambiente, além de ampliação dos serviços de saúde e saneamento.

O senador comunicou que representou o Senado na abertura do 24º Seminário Nacional da Propriedade Intelectual, na segunda-feira, em Brasília.

Sarney: medida sobre BC não interfere no Senado

■ Para ele, mudança no *status* do presidente do BC foi adotada por Lula no interesse da estabilidade econômica

O presidente do Senado, José Sarney, não considera a elevação do cargo de presidente do Banco Central (BC) ao *status* de ministro capaz de interferir na competência constitucional do Senado para aprovar esse tipo de nomeação.

– Eu não vejo nenhum conflito. O Meirelles já está aprovado pelo Senado, e qualquer outro nome que o presidente da República tenha que nomear tem que ser aprovado antes pelo Senado.

Na opinião de Sarney, a elevação do *status* do cargo é apenas uma providência governamental para dar maior garantia ao presidente do Banco Central. Questionado sobre a possibilidade de o governo ter editado a medida provisória para proteger Henrique Meirelles contra investigações, o presidente do Senado também discordou.

– Eu acho que não. Pelo contrário. Se o advogado-geral da União tem *status* de ministro,



CONSTATAÇÃO “Acho que o governo está vivendo a circunstância do momento”, observa Sarney

se o controlador-geral da União tem *status* de ministro, o presidente do BC também deve ter. Trata-se de uma autoridade que tem hoje uma importância muito grande dentro da sociedade, nacional e internacionalmente.

De acordo com Sarney, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva fez isso no interesse da estabilidade econômica, a pedido do ministro da Fazenda, Antonio Palocci, que considerou a providência eficaz.

– Acho que o governo está vivendo a circunstância do momento e avaliou necessário tomar essa medida – afirmou ainda Sarney.

Na mesma entrevista, um

jornalista quis saber o que ele pensava de o presidente Lula ter chamado de covardes os jornalistas que não apoiaram a criação do Conselho Federal de Jornalismo.

– Eu acho que isso foi uma brincadeira que ele fez. É um gesto que não pode ser interpretado como agressividade, uma vez que foi apenas um chiste.

Líder chinês

O presidente do Senado recebeu ontem os jornalistas Yang Limin, da Agência Nova China, e Chuandu Zhang, do jornal *Diário do Povo*, de Pequim, a quem concedeu entrevista sobre o líder chinês Deng Xiaoping, cujo centenário de nascimento será comemorado em 22 de agosto e com quem encontrou-se quando visitou a China como presidente da República, em julho de 1988.

– Tive a honra de conhecer Deng Xiaoping, um dos maiores homens do século 20, responsável pela modernização da China, que me marcou profundamente com sua visão de futuro. Naquele tempo, antes mesmo da queda do Muro de Berlim, ele já me disse que teríamos à frente um longo período de paz – lembrou Sarney.

Virgílio anuncia ação no Supremo contra a MP

O líder do PSDB, senador Arthur Virgílio (AM), anunciou que seu partido iria ingressar ainda ontem com uma ação direta de inconstitucionalidade (Adin) no Supremo Tribunal Federal (STF) para derrubar a medida provisória (MP) que dá ao cargo de presidente do Banco Central (BC) os mesmos privilégios concedidos aos ministros de Estado. O teor da MP levaria a um conflito de poderes, já que a nomeação de ministro é privativa do presidente da República (artigo 84 da Constituição), mas a aprovação do presidente do BC é prerrogativa do Senado (artigo 52).

Para Virgílio, ao editar a MP, o governo está tentando proteger o presidente do Banco Central, Henrique Meirelles, acusado de sonegação fiscal, já que ministros podem ser julgados em foro privilegiado – no caso, o STF. O senador disse também que o

governo está pondo em dúvida a honestidade dos ministros do Supremo, na suposição de que no STF Meirelles terá mais chances de ser absolvido.

A edição da medida provisória acabou por reacender o caso Meirelles, afirmou Virgílio, para quem o assunto vinha sendo abafado pela confusão deliberada que o governo provocou ao acirrar o conflito entre o presidente da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) do Banestado, senador Antero Paes de Barros (PSDB-MT), e o relator da CPI, deputado José Mentor (PT-SP).

Outra consequência da MP seria pôr às claras a posição do governo, contrária à independência do Banco Central. De todo modo, Virgílio previu que a medida não passará no Senado. Por isso, e por considerar que Meirelles está “temporariamente” no cargo,



CRÍTICA Conforme Arthur Virgílio, edição da medida provisória acabou por reacender o caso Meirelles

evitará convocá-lo para prestar esclarecimentos na Casa na condição de ministro.

O senador também criticou o presidente Lula por manter no cargo o presidente do Banco do Brasil, Cássio Casseb, acusado de comprar com dinheiro público 70 ingressos para um *show* em benefício do PT. Lula teria igualmente errado ao chamar de “covardes” os jornalistas contrários à criação do Conselho Federal de Jornalismo.

– Para dizer isso, ele só pode estar com algum exu – afirmou o senador.



PREVENÇÃO Segundo Jefferson, plebiscito evita que crise política se transforme em conflito institucional

Jefferson quer plebiscito para confirmação de mandatos

Ao se referir ao referendo na Venezuela que manteve o presidente Hugo Chávez no poder, o senador Jefferson Péres (PDT-AM) destacou ontem que proposta de emenda à Constituição (PEC) de sua autoria, que tramita na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), institui no Brasil a possibilidade de realizar plebiscitos para confirmar mandatos assumidos por eleições majoritárias.

Para o senador, a medida é um bom mecanismo democrático, por impedir que crises políticas se transformem em crises institucionais, como aconteceu na Venezuela, em que o eleitorado foi convocado para confirmar ou não o mandato de Chávez e deu legitimidade ao presidente venezuelano. Jefferson pediu a interferência do senador Edison Lobão (PFL-MA), presidente da CCJ, para que a matéria (PEC 82/03) tramite com rapidez na comissão.

A proposta do senador – que a chamou de *recall* democrático – estabelece a convocação de plebiscito, na metade do mandato de senadores e chefes de Poderes Executivos (presidente da República, governadores e prefeitos), quando 10% do eleitorado subscreverem petição solicitando a revogação do mandato. A PEC determina também a realização de eleições para preenchimento da possível vaga aberta.

Jefferson lembra que, no regime democrático, a legitimidade do exercício do poder político é conquistada por meio do voto, que reflete a opinião popular em um determinado instante, a qual é mutável, “como mutáveis são as circunstâncias políticas e o comportamento dos governantes”.

Suassuna: parcerias podem ser solução para sistema de transporte

■ Para o senador, a aprovação do projeto das PPPs irá permitir investimentos em ferrovias e hidrovias

O senador Ney Suassuna (PMDB-PB) defendeu mais rapidez no exame do projeto que permite as parcerias público-privadas (PPPs) como alternativa para o sistema de transporte do Brasil. Para ele, quanto mais rápido for o Congresso na definição da proposta e na sua votação, mais próximo estará o país de uma solução para a precária situação das rodovias brasileiras, das quais depende grande parte da economia nacional, principalmente em relação ao escoamento da produção agrícola.



AGILIDADE Suassuna defende mais rapidez no exame da proposta pelo Congresso Nacional

Lembrando que as rodovias não atendem ao fluxo de caminhões que nelas transitam, Suassuna observou que as PPPs vão permitir investimentos privados no desenvolvimento das malhas ferroviária e hidroviária.

– Faltam apenas alguns ajus-

tes sobre o que é responsabilidade dos empresários e do governo – afirmou o senador.

Na opinião de Suassuna, a matéria pode ser discutida na última semana de agosto, na segunda rodada do esforço concentrado antes das eleições.

– Estamos próximos de chegar a um consenso sobre o projeto das parcerias. Agora mesmo em agosto já teríamos condições de aprovar a proposta que realmente agrade ao governo e aos empresários e beneficie a nação – sugeriu.

Riscos

Para justificar sua pressa em relação ao projeto, o senador alertou para o grande número de acidentes ocorridos nas rodovias federais e estaduais. “As estradas devem ser reconstruídas, e não apenas recapeadas”, disse, salientando que 80 mil

acidentes são registrados anualmente nas estradas brasileiras, resultando em cerca de 50 mil feridos e 12 mil mortos. O problema poderia ser minimizado caso houvesse fiscalização efetiva do governo em caminhões e máquinas pesadas que trafegam nas estradas, muitas recém-recapeadas, opinou.

Suassuna destacou ainda a importância de investimentos em portos e navegação costeira e fluvial para o escoamento da grande safra que o país espera colher em 2005. A seu ver, é questão de logística econômica um país de grandes dimensões territoriais produzir no campo e escoar seus produtos com rapidez e segurança. Plantar e produzir não basta, disse, assinalando que o produtor também quer perder menos no transporte de sua produção.

Pavan cobra do governo correção das tabelas do IR

O senador Leonel Pavan (PSDB-SC) pediu ontem que o governo atualize as tabelas de isenção e de dedução do Imposto de Renda (IR), corroídas pela inflação em 55,3%. O parlamentar catarinense leu a moção da Câmara de Vereadores de Descanso (SC), em que faz pedido semelhante ao presidente Lula e ao ministro da Fazenda, Antonio Palocci.

Segundo Pavan, ao aprovar a moção, a câmara reconheceu que as maiores vítimas da desatualização das tabelas são os brasileiros que recebem baixos e médios salários. Nos últimos oito anos, as tabelas foram corrigidas apenas uma vez, em 17,5%, em 1996. Só no atual governo, informou, as perdas chegaram a 11%.

Além de prejudicar o poder de compra dos assalariados, a defasagem das tabelas retira da economia recursos que poderiam estimular a produção e a criação de empregos, entende o senador. Ele observou que até o fim do ano os trabalhadores com menor renda deverão pagar mais de R\$ 1,7 bilhão de imposto. Se as tabelas tivessem sido corrigidas, o limite de isenção teria subido de R\$ 1.058 para R\$ 1.177.

O senador citou estudo do Departamento Intersindical de Estudos Sócio-Econômicos (Dieese), segundo o qual a defasagem de 55,3% significa um imposto adicional de R\$ 6,3 bilhões.

Ao final de seu discurso, Leonel Pavan criticou o governo por não atribuir a categoria de “internacional” ao Aeroporto dos Navegantes, localizado no município catarinense de mesmo nome. Para o senador, a internacionalização do aeroporto ampliaria as possibilidades do turismo e dos negócios.

Tuma destaca importância do Interlegis

Ao abrir ontem o Encontro com Parlamentares, em videoconferência promovida pela Assessoria Técnica do Interlegis (ATI), o senador Romeu Tuma (PFL-SP) destacou a importância das atividades da Comunidade Virtual do Poder Legislativo (Interlegis) como instrumento capaz de municiar as câmaras municipais com as informações legislativas de que elas necessitam para atender, com mais presteza, às demandas da sociedade.

Por meio de exposição feita por uma equipe da assessoria do Interlegis, foi transmitida para as assembleias de 15 estados brasileiros a apresentação do projeto Legislação Básica dos Municípios.

Azeredo alerta para queda no repasse de recursos para estados e municípios

O senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG) disse estar preocupado com o aumento da concentração de recursos nos cofres do governo federal. Ao destacar que, a cada ano, a situação tem piorado nesse aspecto, ele apontou que, em 2002, a União transferiu para estados e municípios R\$ 93 bilhões. Em 2003, primeiro ano do governo Luiz Inácio Lula da Silva, esse total foi reduzido para R\$ 86 bilhões.

Nos primeiros seis meses deste ano, completou o senador por Minas Gerais, as transferências atingiram R\$ 42 bilhões, o que sinaliza que, até o fim do ano, os estados e municípios receberão R\$ 84 bilhões.

– Até quando o governo federal decide reduzir impostos, ele o faz em cima de tributos sobre os quais estados e municípios têm alguma participação – afirmou Azeredo.

Ele também comentou a decisão do Executivo de contingenciar R\$ 400 milhões do orçamento da Saúde deste ano.

Segundo o senador, os gastos de alguns ministérios foram ampliados em R\$ 1,079 bilhão. Como exemplo, citou o Ministério da Defesa, que recebeu R\$ 310 milhões a mais para utilizar, entre outras finalidades, no pagamento de uma parte das despesas com a compra do avião presidencial.

Eduardo Azeredo comunicou ainda que seu partido, o PSDB,



AUMENTO Concentração de verbas nos cofres do governo preocupa Eduardo Azeredo

por meio de sua direção executiva, resolveu apresentar uma ação direta de inconstitucionalidade (Adin) contra a medida provisória (MP) assinada pelo presidente Lula dando ao cargo de presidente do Banco Central *status* de ministro de Estado.



MUDANÇAS Motta sugere isenção de impostos para investimentos em rodovias

Motta reivindica medidas para modernizar setor de infra-estrutura

O senador João Batista Motta (PMDB-ES) fez um apelo ao governo Lula por medidas concretas visando à recuperação das rodovias e à expansão dos portos para permitir a dinamização das exportações e a geração de empregos e renda no país. Ele sugeriu a criação de uma Câmara de Gestão para Infra-

Estrutura, tendo à frente o ministro da Integração Nacional, Ciro Gomes.

– Se lhe forem dadas condições de mobilizar esforços das esferas federal, estaduais, municipais, com recursos dos bancos internacionais de fomento, como BID [Banco Interamericano de Desenvolvimento] e Banco Mundial, a

situação do setor de infra-estrutura pode ser modificada em dois anos – afirmou.

Motta lembrou que nada menos do que 37% dos recursos que o país obtém de organismos internacionais de desenvolvimento para projetos de infra-estrutura vão diretamente para os cofres federais, estaduais e municipais

em forma de impostos.

O senador adiantou que apresentará uma proposta de emenda à Constituição (PEC) isentando projetos de desenvolvimento de todo tipo de imposto pelo período de dez anos, quando eles se destinarem à construção e restauração de rodovias ou expansão de portos.



MUDANÇA Projeto de Camata prevê controle antecipado e prazo máximo para o conselho se pronunciar

Camata sugere medida para agilizar decisão do Cade

Para evitar a repetição de casos como o da compra da empresa de chocolates Garoto pela suíça Nestlé, cuja negociação não foi aprovada pelo Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade), a Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) deve analisar projeto do senador Gerson Camata (PMDB-ES) que exige exame prévio de atos que possam prejudicar a livre concorrência ou resultar em dominação de mercado.

A proposta de Camata não só determina que os atos só poderão ser consumados com o controle antecipado do Cade, como define que o órgão terá 30 dias para se pronunciar, encurtando pela metade o prazo anterior. Assim, o senador pretende agilizar as decisões do conselho, no intuito de evitar o cancelamento de negócios, que pode trazer prejuízos para os investidores e para a sociedade, ameaçando ou cortando empregos. Camata lembra, na justificativa do projeto, que a Nestlé adquiriu a Garoto por R\$ 560 milhões.

Prazo

Outra disposição reforçou a atual legislação, deixando claro que, se o órgão não se pronunciar no prazo de 30 dias, os atos serão considerados aprovados "automaticamente". No entanto, o senador preservou o dispositivo legal que admite a possibilidade de intervenção do plenário do Cade para esses casos, podendo assim decidir pela desconstituição total ou parcial do negócio.

O caso Garoto/Nestlé ainda não teve um desfecho. A votação do mérito do processo continua pendente, desde que o conselheiro Luiz Alberto Scalloppe pediu vista dos autos. O Cade ainda não tem data para retomar o julgamento.

Papaléo destaca vantagens econômicas do gás natural

Além de competitivo, combustível é menos poluente e diminui o desgaste do motor, ressalta o parlamentar

As perspectivas econômicas abertas pela exploração do gás natural, principalmente em seu uso na indústria automobilística, foram realçadas ontem em Plenário pelo senador Papaléo Paes (PMDB-AP).

– O gás natural, além de seu preço competitivo, é uma fonte energética que goza da vantagem da queima muito mais limpa que a dos derivados do petróleo – assinalou.

O trinômio custo reduzido, baixa condição poluente (o que diminui o desgaste do motor) e menor poder explosivo torna altamente atraente o uso de gás natural em veículos (GNV), na opinião do parlamentar. Para ele, essas características concorrem para transformar o gás natural no combustível ideal para veículos que percorrem longas distâncias em área urbana, a exemplo de táxis e ônibus, dispensando ainda o suporte de subsídios governamentais.

– O GNV apresenta tantas vantagens que não precisa de estímulos especiais – afirmou. O aproveitamento dessas vantagens, no entanto, demandaria outros estímulos do poder

Roseana propõe estímulo para ciência e tecnologia

Caberá à União instituir uma política permanente de incentivos destinada a viabilizar o desenvolvimento cultural e socioeconômico, o bem-estar da população e, principalmente, a autonomia tecnológica do país. É o que prevê projeto de autoria da senadora Roseana Sarney (PFL-MA) a ser examinado ainda este ano pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ). Se aprovado, segue para análise da Comissão de Educação (CE), onde será apreciado em decisão terminativa.

A proposta de Roseana (PLS 106/04) regulamenta dispositivos constitucionais que fixam diretrizes para a concessão de incentivos de ordem fiscal e



público. Nesse sentido, Papaléo reivindicou incentivos para o álcool e o biodiesel veiculares e para o gás natural na indústria e na geração de energia elétrica.

O senador disse acreditar que, em breve, veículos já irão sair das montadoras adaptados ao gás natural. O ideal, a seu ver, é a fabricação de carros bicombustíveis, à base de gás e álcool.

As facilidades destacadas pelo parlamentar receberam o endosso dos senadores Edison Lobão (PFL-MA) e Valdir Raupp (PMDB-RO). “Oxalá que o governo possa ouvi-lo”, comentou Lobão. De acordo com Raupp, o potencial de gás natural e álcool existente no



EXPECTATIVA Para Papaléo, veículos em breve sairão das montadoras adaptados ao gás natural

Brasil já poderia, se devidamente explorado, ter livrado o país das recentes turbulências geradas pelas altas do petróleo no mercado internacional.



AUTONOMIA Proposta de Roseana busca conduzir o país para o pleno desenvolvimento tecnológico

corresponde “ao conjunto dos trabalhos de natureza sistemática, realizado com base em conhecimentos previamente adquiridos, com o objetivo de atestar a viabilidade técnica de um novo produto ou processo produtivo ou o aperfeiçoamento introduzido em processo produtivo já existente”.



QUALIFICAÇÃO Experiência histórica credencia a engenharia militar para a tarefa, defende Pedro Simon

Simon quer Exército na execução de obras públicas

As obras e serviços de engenharia custeados pela União poderão ser objeto de execução direta, de acordo com projeto do senador Pedro Simon (PMDB-RS), sempre que, na região a ser beneficiada, operem batalhões de engenharia e construção ou batalhões ferroviários do Exército capazes de executá-los.

Segundo a proposta (PLS 158/04), encaminhada à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) para decisão terminativa, o Exército será previamente consultado sobre a viabilidade da execução das obras ou serviços. E seria admitida a realização de licitação para execução indireta na hipótese de resposta negativa.

Competência

Na opinião do senador, a experiência histórica e o desempenho da engenharia militar a credenciam a executar a implantação de obras públicas. Além disso, a seu ver, a execução direta poderia ajudar o poder público brasileiro a economizar recursos sem colocar em risco a qualidade das obras entregues à população.

– A rigidez na aquisição de materiais e no acompanhamento de obras físicas dá aos batalhões de engenharia a possibilidade de minimizar custos, nas obras sob contratação indireta, podendo-se, portanto, constituir em referência de preços para a contratação de obras públicas nos níveis federal, estadual e municipal – sustenta Simon. O projeto tem como relator o senador Fernando Bezerra (PTB-RN).

Pedro Simon lembra que os batalhões de engenharia e construção já foram responsáveis por 11.400 quilômetros de rodovias e 1.800 quilômetros de estradas vicinais.



EMPENHO Marco Maciel lembra papel do homenageado no esforço pela redemocratização do Brasil

Senadores lamentam a morte de Thales Ramalho

O Plenário aprovou ontem requerimento dos senadores Marco Maciel (PFL-PE), José Sarney (PMDB-AP) e Romeu Tuma (PFL-SP) para registro em ata de voto de pesar pela morte do ex-deputado Thales Ramalho, falecido no último dia 15, no Recife (PE). Em seu pronunciamento, Maciel elogiou o político que ajudou a fundar o PMDB, foi quatro vezes deputado federal, ministro do Tribunal de Contas da União e destacado personagem na luta pela redemocratização do Brasil.

De acordo com Maciel, Thales Ramalho ajudou a escrever a história do reencontro do país com a democracia, fato que, segundo ressaltou, culminou com a promulgação da Constituição de 1988. Ele recordou que, no regime militar, Thales Ramalho não teve receio de dialogar com o partido do governo, embora integrasse a oposição, e também não hesitou em manter contatos com o então coordenador da transição política, o ministro Golbery do Couto e Silva.

– Foi graças a Thales Ramalho que conseguimos avançar nesse campo da transição para a democracia. Era um exímio negociador. Sabia que o melhor caminho para restabelecermos o Estado de direito no Brasil seria um grande entendimento nacional.

Marco Maciel lembrou que Thales Ramalho tinha qualidades muito características do político mineiro, como a habilidade para buscar a conciliação.

Em apertes, manifestaram condolências os senadores Eduardo Azeredo (PSDB-MG), Ney Suassuna (PMDB-PB) e Jefferson Péres (PDT-AM).

Efraim quer debate sobre possível ajuda à Varig

■ Ele teme que política pública para o setor termine estatizando aviação comercial brasileira

O senador Efraim Morais (PFL-PB) apresentou ontem requerimento à Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) solicitando a realização de uma audiência pública com a presença de ministros e empresários da aviação civil para que expliquem as dificuldades do setor aéreo e falem sobre a possível ajuda do governo à Varig, conforme noticiou o jornal *O Globo* de domingo último. Seria uma audiência conjunta com a Comissão de Serviços de Infra-Estrutura (CI) do Senado.

Ele pede a presença dos ministros da Fazenda, Antonio Palocci, da Casa Civil, José Dirceu, da Defesa, José Viegas, além dos dirigentes do Departamento de Aviação Civil (DAC), Infraero, BNDES, Varig, TAM, Gol, Vasp, BRA e dos sindicatos nacionais da Aviação Civil e dos Aero-nautas.

Efraim afirma que a notícia do jornal menciona uma ajuda de R\$ 3 bilhões, e que isso causou preocupação por causa da “real dificuldade” da empresa e



Célio Azeredo



Roosevelt Pinheiro

DISCUSSÃO Efraim Morais (foto menor) propôs à CAE realização de uma audiência pública

do valor da operação, que envolveria o BNDES e a Empresa Brasileira de Infra-Estrutura Aeroportuária – Infraero. Ele lembra que nos últimos tempos foram publicadas várias notícias sobre prejuízos das empresas de aviação comercial.

– Especula-se acerca da razão desse prejuízo. Não se sabe ao

certo se é causado pela questão cambial ou por ineficiência da operação, ou se resultante de políticas desastrosas para o setor. Ou, ainda, se fruto da concorrência predatória de empresas estrangeiras em linhas internacionais – diz ele.

Para Efraim, se confirmadas as notícias e a intenção do governo de implantar uma política pública para o setor, o Brasil estará “diante da estatização do serviço público de aviação comercial”. No entanto, o país “necessita de uma aviação comercial forte” e, por isso, cabe ao Senado ouvir os ministros e outras autoridades do governo e os empresários e sindicatos da área sobre os problemas existentes. O objetivo, pondera, é proteger o contribuinte, “sem comprometer as políticas governamentais”.

Luiz Otávio elogia intenção de apoiar empresa aérea

O senador Luiz Otávio (PMDB-PA) elogiou o presidente Luiz Inácio Lula da Silva, os ministros da Fazenda e do Planejamento, Antonio Palocci e Guido Mantega, e o presidente do BNDES, Carlos Lessa, pelo apoio financeiro que vai permitir à Varig manter suas operações no Brasil e no exterior.

– A Varig não é apenas uma empresa de transporte, é também um referencial brasileiro em qualquer parte do mundo, e é fundamental na formação de mão-de-obra e de pessoal técnico.

Luiz Otávio explicou que não se trata de “salvar” a Varig, mas de garantir suporte e apoio para

que a empresa siga adiante. Ele acrescentou que o Brasil é um país privilegiado, pois tem mercado para apenas duas empresas aéreas, mas consegue, apesar disso, manter várias delas, inclusive as regionais, que complementam o bom serviço prestado ao país.

O senador paraense enalteceu também o discurso de Ney Suassuna (PMDB-PB) sobre as más condições das rodovias brasileiras e pela necessidade de mais investimentos em infra-estrutura. Luiz Otávio disse que o transporte fluvial é muito importante, principalmente porque é mais barato, sendo essencial para a Região Norte. Ele disse que o Pará, por exemplo,



Roosevelt Pinheiro

DESTAQUE Para Luiz Otávio, Varig é referência do país em qualquer parte do mundo

depende do transporte fluvial e tem participação de US\$ 2 bilhões no saldo comercial do Brasil.

Luiz Otávio pediu ao ministro da Saúde investimentos em infra-estrutura de saneamento no Pará. Em aparte, Leonel Pavan (PSDB-SC) disse que seu estado e o Pará sofrem com as más condições das estradas.

Paulo Octávio cobra política industrial

A necessidade de se implantar uma nova política industrial e tecnológica no Brasil foi destacada pelo senador Paulo Octávio (PFL-DF), ao receber os participantes do 24º Seminário Nacional da Propriedade Intelectual: Crescimento Econômico com Responsabilidade Social, que assistiram a uma exibição do filme *Pelé Eterno*, no Auditório Petrônio Portella. O parlamentar participou da abertura do evento, na segunda-feira, representando o presidente do Senado, José Sarney.

– Para que os resultados sejam alcançados conforme é esperado pela sociedade brasileira, deve haver sintonia entre os Poderes e, principalmente, vontade política permanente para a implantação da tão almejada política industrial tecnológica – afirmou. Embora reconheça a importância do trabalho da CPI do Combate à Pirataria, Paulo Octávio lamentou a falta de punição para delitos contra a propriedade intelectual.

Parlamentares acompanham jogo no Haiti

Quatro senadores acompanharão hoje a partida de futebol entre as seleções nacionais do Brasil e do Haiti, em Porto Príncipe, como parte do esforço do governo brasileiro pela pacificação do país. Estão na capital haitiana o presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE), Eduardo Suplicy (PT-SP), e ainda Maguito Vilela (PMDB-GO), Hélio Costa (PMDB-MG) e Leomar Quintanilha (PMDB-TO).

A missão parlamentar foi conhecer o trabalho das Forças Armadas brasileiras no pequeno país caribenho. Composta de 1.200 homens, a força tem apoio da Organização das Nações Unidas (ONU). Ontem, os parlamentares acompanharam uma patrulha pelas ruas de Porto Príncipe dentro de carros blindados (Urutus). A ronda terminou com a doação de alimentos e de um aparelho de televisão a um orfanato na periferia de Delmas, cidade vizinha a Porto Príncipe.